

Ciência Atual

Revista Científica
Multidisciplinar das
Faculdades São José

2014

Volume 4 | Nº2



FACULDADES
SÃO JOSÉ

ISSN 2317-1499

A Relação «Economia/Cultura» no contexto da Globalização, dos Paradigmas Energético-Ambientais e do Estado-nação: A Ruptura com o Pensamento Econômico Dominante

The «Economy/Culture» relationship in the context of Globalization of Energy and Environmental Paradigms and the nation-State: The Break with the Dominant Economic Thought

Fernando José Pereira da Costa | fjpcosta@sapo.pt

Professor na cidade do Porto, Portugal e doutorando em economia pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

Manoel Gonçalves Rodrigues | manoel.grodrigues@gmail.com

Professor nas Faculdades São José e pós-doutor em economia do meio ambiente e transporte pela Universidade da Califórnia em Davis, Estados Unidos.

RESUMO

A ter como pano de fundo a globalização, aqui vista como a atual etapa da economia sistema-mundo capitalista, de modo a ir de encontro aos argumentos em prol da secundarização, ultrapassagem e fim do Estado-nação, a ocorrência da transição de paradigmas energético-ambientais tende a configurar um novo modelo civilizacional que conduza à uma abordagem socioeconômica lastreada na interculturalidade. Isto fica claro ao se apontar para um universo energético-ambiental renovável e sustentável, cuja construção implica numa profunda alteração da relação «Economia/Cultura», rompendo-se com parâmetros técnico-econômicos e socioculturais herdados no âmbito de uma posição subordinada a nível da economia mundial. Em primeiro lugar, a redefinição do binômio «Economia/Cultura» passa pela constatação que é negada pelos globalistas qual seja, o Estado-nação não pereceu e encontra numerosos pontos de justificação, em pleno processo de globalização, notadamente no que diz respeito às políticas públicas e seus encaminhamentos junto ao segmento energético, de modo a promover a interação entre a esfera energética e a esfera ambiental, propiciando, assim, a referida transição interparadigmática. Desse modo, viabiliza-se, no bojo do novo paradigma energético-ambiental, uma nova abordagem econômico-cultural que tenha em linha de conta a contrarrestação ao mainstream, afirmando a importância vital do Estado-nação e, com isso e a partir daí, redefinir o modelo energético-ambiental, de modo a que se venha a conseguir o estabelecimento do novo paradigma.

Palavras Chave: Economia, Pensamento Econômico, Paradigma.

ABSTRACT

The process of globalization, seen here as the current stage of the capitalist world-economy system into the direction of arguments in favor of secundarization, overtaking and end of the Nation State, the occurrence of the transition into a paradigm energetic-environmental tends to set a new model of civilization that leads to a socioeconomic approach backed in interculturality. This becomes clear when you point to a universe-energy renewable and environmentally sustainable, the construction of which implies a profound change in the relationship "Economy/Culture", breaking with the techno-economic and socio-cultural legacy within a subordinate position within the world economy. First, the redefinition of the binomial "Economy/Culture" is the finding that is denied by the globalists, that is, the nation-state has not perished and finds numerous points of justification, in the process of globalization, especially when it comes to public policy and respects their referrals by the energy sector in order to promote the interaction energy between the sphere and the environmental system, providing thus the changeover interparadigmatic. Thus, it allows up, in the midst of the new paradigm energetic-environmental, a new economic-cultural approach which takes into account the claiming the vital importance of the nation state and thereby and thereafter reset the model energetic and environmental, so that it will achieve the establishment of the new paradigm.

Keywords: Economy, Economic Thought, Paradigms.

INTRODUÇÃO

No contexto da economia global e no âmbito do desenvolvimento do mundo capitalista, ocorre uma gradual mudança de paradigmas energético-ambientais. Na concepção deste trabalho, o paradigma não é apenas energético ou somente ambiental, antes atribuindo-se-lhe um carácter sistêmico-dinâmico-interativo, pelo qual a vertente energética e a componente ambiental surgem como faces complementares de um mesmo modelo. De fato, se a Primeira Revolução Industrial (PRI) consolidou o Paradigma dos Combustíveis Fósseis (PCF), os choques petrolíferos da década de 1970 o puseram em xeque, abrindo caminho para uma nova configuração em termos de paradigma energético-ambiental, que teria como base técnico-energético-organizacional as energias renováveis, criando-se espaço para um novo paradigma, ou seja, o Paradigma das Fontes Energias Renováveis (PFRE).

Contudo, as condições para o estabelecimento efetivo deste novo paradigma ainda não se encontram devidamente amadurecidas. Logo, o que se tem hoje é uma fase de transição entre o paradigma outrora hegemônico e aquele que o irá substituir. O que se busca mostrar neste trabalho é até que ponto a simples ação dos mercados no mundo globalizado é capaz de promover a implementação das medidas necessárias à emergência definitiva do novo paradigma energético-ambiental. Em outras palavras, o que aqui se busca discutir é que a transição paradigmática, em termos energético-ambientais, só se viabilizaria através não apenas da regulação e coordenação, mas também da interação estratégica das várias componentes da Política Pública. Isto, por seu lado, implicaria na adoção de uma abordagem estratégica e planificatória da questão e de uma nova concepção de Estado, políticas públicas e planejamento.

Na PRI, ocorrida na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, configurou-se o PCF, primeiramente baseado no carvão e, mais tarde, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, tomando-se o petróleo como energético diretor. Este paradigma baseava-se num modelo de elevado nível de voracidade energética com profundos impactos sobre o meio ambiente. A ocorrência dos choques petrolíferos da década de 1970 começa a mostrar as debilidades e aspectos perversos do modelo que caracterizaria o PCF.

A partir daí tem início um processo de transição para um novo paradigma energético-ambiental, a saber: o PFRE, no qual assumem importância estratégica a base técnico-econômico-produtiva e a construção de uma matriz energética sustentável, a ter como pano de fundo as questões climáticas e a procura pela configuração/aplicação de um novo estilo de desenvolvimento, menos voraz a nível do consumo de energia e mais compatível com a sustentabilidade ambiental.

Na verdade, a hegemonia do PCF, no âmbito dos países da Periferia/Semiperiferia, resulta dos/os parâmetros de subordinação, no contexto da economia mundial, dessas nações. Isto configura um modelo energocivilizacional a relegar para um plano claramente inferior o binômio relacional «Economia/Cultura». Não é só a periferação econômico-política e sócio-cultural que se manifesta, mas também aquela que se mostra mimético-dependente face ao PCF, que relega para a posição de atraso econômico-cultural o recurso a uma base energoprodutiva renovável. Assim sendo, passa-se a ter uma forte deturpação a nível da relação «Economia/Cultura», uma vez que os ratios de rentabilidade/produzitividade afetos à rationale do PCF concedem validade/prioridade aos recursos energofósseis em detrimento da base energética renovável local e geralmente articulada com a tradição histórico-produtiva dos países periféricos/semiperiféricos (a cana-de-açúcar no Brasil, por exemplo).

Com relação ao modelo energético-ambiental que se avizinha, ou seja, o PFRE, o mesmo poderá implicar num novo relacionamento «Economia/Cultura», uma vez que contemplará a base energética (e energoprodutiva) autóctone/renovável dos países periféricos/semiperiféricos, mormente os úmido-tropicais. O recurso à biomassa e aos combustíveis oriundos da mesma (em particular o etanol e os biocombustíveis) poderá vir a representar uma mudança no eixo «Centro/Periferia», com uma inversão na hierarquia hegemônica/energotecnológica. O PFRE e a fase transitória em termos de câmbio paradigmático (do PCF ao PFRE) implicarão no fato de se privilegiar um novo padrão em termos econômico-culturais, baseado nos energéticos renováveis e, em especial, na biomassa. Com isso, redefine-se o binômio «Economia/Cultura» no sentido de se passar a dispor de um modelo energoprodutivo/energotecnológico mais de acordo com o universo de recursos naturais e com os aspectos culturais relacionados com a Periferia/Semiperiferia.

Assim sendo, a política econômica deverá passar a interagir sistematicamente com a política energética e com a política ambiental, através da gestão estratégica da matriz energética e da construção de uma matriz energética sustentável, bem como com outras esferas da Política Pública, isto é: tecnológica, industrial, agrícola, etc., numa perspectiva efetivamente sistêmica.

INTRODUÇÃO PARADIGMAS ENERGÉTICO-AMBIENTAIS NO CONTEXTO DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS

A noção de paradigma energético mostra-se insuficiente face à real dimensão do problema e deve ser aprofundada pelo conceito de paradigma energético-ambiental, partindo-se do princípio de que existe uma relação sistêmico-interativa entre energia e meio ambiente. Logo, faz muito mais sentido falar-se em paradigma energético-ambiental do que somente em paradigma energético.

Esta interação configura a definição de um modelo de sociedade assentado sobre uma determinada base energotecnológico-produtiva e estruturada em função de um determinado modelo econômico. Portanto, cada paradigma vai implicar na hegemonia de uma modalidade de energéticos, nas suas interações e implicações sobre o meio ambiente e num relacionamento biunívoco-interativo com aquilo que se poderia denominar de configuração social lato sensu (econômica, social, tecnológica e institucional), que o molda e, simultaneamente, por ele é moldada, de modo a perenizar uma determinada base sócio-energético-produtiva e a definir padrões sócio-técnico-organizacionais.

A transição de paradigmas a nível energético-ambiental implica numa postura estratégica, de carácter gestor-organizacional-planificatório, que se traduza por uma intervenção sobre a base produtiva e a construção de uma matriz energética sustentável. Para isto, torna-se necessário implementar a gestão estratégica da matriz energética, buscando sua diversificação e fazendo crescer, de forma significativa, a participação das fontes energéticas renováveis (os energéticos diretores do novo paradigma), de modo gradual e evolutivo e atendendo às necessidades e à realidade de cada contexto (principalmente do contexto nacional), levando em consideração a base energética, o universo de recursos naturais, a estrutura produtiva, o manancial tecnológico e as necessidades de crescimento/desenvolvimento.

Por outro lado, a construção de uma matriz energética sustentável tem como pano de fundo as questões climáticas (redução das emissões de carbono) e, partindo-se do princípio que as alterações do clima, nesta ou naquela magnitude, têm, de fato, uma significativa componente antropogênica, a implementação de uma matriz energética significativamente mais limpa reforça (e é dialéticamente reforçada) pela configuração/aplicação, de forma efetiva, de um novo estilo/modelo de desenvolvimento. A construção desse novo modelo de desenvolvimento passa, necessariamente, pela gestão estratégica da matriz energética, pela construção de uma matriz energética sustentável e pela interação sistemática entre as distintas esferas da política pública (econômica, industrial, agrícola, tecnológica, energética, ambiental, etc.).

De modo a regressar ao ponto anteriormente abordado, cabe o registro de que a expressão Revolução Industrial é utilizada para se referir à industrialização inglesa (industrialização originária) ocorrida no final do século XVIII e no início/meados do século XIX. Contudo, considerando o que assinala Cazadero (1995, p. 7), o processo industrializador gerado pelas economias hoje ditas desenvolvidas, integrantes do núcleo dinâmico do sistema econômico internacional, é um tema de suma importância, tanto é que a esses países muita da literatura afeta à problemática do desenvolvimento os denomina de países industrializados. Porém, quando se fala de Revolução Industrial há que considerar, conforme o faz Cazadero (1995, pp. 15 - 24), a ocorrência não apenas de uma, mas de três revoluções industriais.

A Revolução Industrial inglesa dos séculos XVIII/XIX constitui-se na Primeira Revolução Industrial (PRI). A Segunda Revolução Industrial (SRI), que se iniciou entre finais do século XIX e princípios do século XX, já mostrava sinais de esgotamento na década de setenta do mesmo século. Por outro lado, a Terceira Revolução Industrial (TRI) é a que se vive atualmente, tendo como base um núcleo tecnológico bastante diferenciado. Tanto a SRI quanto a TRI constituem-se, em maior medida do que a PRI, processos de alcance mundial, com cada uma delas gerando um profundo abismo entre as sociedades a elas respectivamente afetas.

Consoante o registrado por Cazadero (1995, p. 224), há que se atentar para a base tecnológica da TRI, na qual os conhecimentos disponíveis são mais amplos e a interação destes com as variáveis sociais reveste-se de um grau elevado de incerteza. Na verdade, o que se verifica é que toda revolução industrial é, simultaneamente, uma revolução tecnológica, registrando-se a incorporação de progresso técnico a nível da base produtiva. A TRI, por seu lado, é a mais tecnológica das revoluções industriais e, talvez por isso, fosse mais correto denominá-la de Terceira Revolução Industrial e Tecnológica (TRIT).

Na sequência da TRI/TRIT, é Singer (1998, pp. 174 e 175) que registra a existência de um claro descompasso entre a aceleração do progresso tecnológico e a desaceleração do crescimento econômico, uma vez que este último irá depender muito mais da evolução da demanda efetiva do que do avanço da tecnologia. Na verdade, o que ocorre é que as atividades econômicas, em diferentes momentos, valem-se de tecnologias oriundas de vários estágios geracionais, enquanto somente uma determinada fração da produção surge como resultado da utilização de tecnologias mais recentes, resultantes do processo de inovação. O que ocorre é que a coexistência de diferentes estágios tecnológicos implica em diferentes produtividades e custos de produção e isto pode ser explicado por diversos fatores.

Para além disso, ao contrário do que é alardeado pelo mainstream neoliberal, os mercados não são perfeitos, os níveis salariais não primam pela uniformidade e uma mesma mercadoria pode ser posta à venda, em mercados distintos, em diferentes condições de acesso e preços. Por outro lado, os baixos níveis salariais compensam a baixa produtividade das tecnologias mais antigas e muitas vezes obsoletas. Para além disso, a qualidade dos produtos também não é uniforme. A questão é que o crescimento da economia conduz a um mais rápido processo de atualização e substituição tecnológica, o que leva ao crescimento da produtividade, sem que necessite ocorrer, necessariamente, o avanço das melhores técnicas.

Já a recessão, por seu lado, conduz à desaceleração da atualização tecnológica, sendo possível a quebra de empresas que mostrem defasagem tecnológica, bem como de outras que tenham recorrido ao endividamento para promover o reequipamento. Na recessão, as inversões tendem a cair em razão da superprodução, que atua como elemento de desestímulo ao investimento produtivo. Na verdade, o que se observa é que a TRI/TRIT, no caso das economias capitalistas centrais, não consegue reverter o quadro recessivo existente, o que poderia significar que os ganhos de produtividade potenciais por ela possibilitados teriam sido muito pouco aproveitados num contexto de pouco dinamismo e semi-estagnação das economias centrais. Pode-se mesmo assinalar que o quadro tende a se agravar após a crise financeira de 2008, com perspectivas nada otimistas face ao desenrolar da situação vivida na área do euro, por exemplo.

De fato, há que registrar a acelerada exportação de capitais para países em desenvolvimento, notadamente para as economias asiáticas, dotadas de maior dinamismo e de sistemas dirigistas estatal-planificadores. Por outro lado, cabe assinalar que as multempresas adotam as novas tecnologias (notadamente a nível da automação) com um certo grau de rapidez. Contudo, é provável que muitas empresas tenham crescido os seus níveis de produtividade valendo-se de tecnologias mais antigas e salários mais baixos, o que teria ocorrido não somente nos países desenvolvidos, mas também nas economias em desenvolvimento.

Neste ponto pode-se mesmo arriscar que no caso das áreas dinâmicas das economias em desenvolvimento (a dispor de sistemas estratégico-planificadores), possa ter havido uma combinação de inovações tecnológica com níveis relativamente mais baixos de salários, o que conduziria a elevados saltos a nível da produtividade. Em função disso, não seria exagero levantar a hipótese de que o potencial transformador da TRI/TRIT estaria sendo realizado nas economias em desenvolvimento da Ásia, cujo dinamismo poderia ser em parte justificado pelo estatal-dirigismo, configurado pela existência de um efetivo planejamento estratégico.

O conceito de TRI/TRIT parte do princípio que não houve apenas uma Revolução Industrial, mas sim três Revoluções Industriais, ocorridas em momentos históricos distintos e em diferentes etapas do desenvolvimento do capitalismo industrial, correspondendo a mudanças profundas a nível da base produtivo-industrial e da estrutura organizativo-empresarial-administrativa.

Cada revolução industrial produz um reordenamento dos processos competitivos, fruto da inovação e do avanço tecnológico, que conduzem a mudanças na função de produção. Na PRI, há a destacar a máquina a vapor, principalmente a partir do momento em que os engenhos mecânicos passam a valer-se do ferro para o seu fabrico (máquinas-ferramentas) e, a nível dos bens de consumo, os têxteis. Na verdade, de acordo com a perspectiva de Cazadero (1995, pp. 9 e 10), no que se refere à análise da industrialização das sociedades, a mesma não deve ser tomada como um processo linear, antes devendo contemplar períodos de continuidade e fases de ruptura, aí inserindo-se o conceito de Revolução Industrial.

A nível da interação entre economia, energia e meio ambiente, cabe registrar que um dos pilares dessa relação sistêmico-dinâmica é constituído pela necessidade de se promover a montagem da matriz energética sustentável, fruto da gestão estratégica da matriz energética com implicações a nível ambiental (crescimento do percentual de participação das fontes renováveis de energia), energético (valorização das fontes energéticas autóctones e redução da dependência energética externa) e econômico (redução das fontes energéticas exógenas, com impactos positivos em termos das contas externas). A matriz energética sustentável poderá vir a significar, no contexto da ótica sistêmico-interativa aqui contemplada, uma base de lastreamento em busca de um novo modelo/estilo de desenvolvimento.

É neste ponto que se atenta para o fato de serem os países centrais, em termos históricos, os maiores emissores/poluidores, enquanto os países periféricos/semiperiféricos necessitam de crescer e de promover o desenvolvimento sustentado de suas economias. Este aspecto reveste-se de crucial importância, não apenas no que diz respeito ao passivo histórico-energético, mas também quanto ao fato de que os países periféricos/semiperiféricos terem o direito de crescer, de se desenvolver e de melhorar sua inserção no contexto da economia mundial.

Parece óbvio que em muitos capítulos as nações periféricas/semiperiféricas, com destaque para as economias emergentes da Semiperiferia, não precisam trilhar o mesmo caminho de ineficiência energética e de descuido/agressão ao meio ambiente percorrido pelos países centrais desde a PRI (séculos XVIII e XIX), em virtude do progresso técnico, de técnicas/processos de produção menos energívoros, de métodos mais avançados de organização e gestão da produção/manejo de recursos naturais e energéticos e da introdução de fontes energéticas renováveis, mormente da biomassa.

Caberia registrar que de qualquer modo, apesar da posição atualmente ocupada pela China, os maiores emissores/poluidores continuam a ser os países pertencentes ao «Núcleo Orgânico Central» da economia sistemamundo capitalista, detentores de capital e tecnologia, o que poderia significar, por um lado, um elemento fundamental na busca de critérios mais equitativos na tentativa de se resolver a questão energético-ambiental. No entanto, por outro, este aspecto vem por se constituir num enorme complicador (praticamente num óbice), por exemplo, ao estabelecimento de um Acordo Climático Global. A própria dificuldade em arquitetá-lo, para além de implementá-lo, surge como resultado efetivo da desigualdade e heterogeneidade que marcam a configuração da própria economia mundial.

Por outro lado, a retórica do aquecimento global serviria como base ao desatrelamento do carbono do eixo «produção/consumo», conduzindo a uma nova configuração produtiva, energética, espacial e social, baseada em pequenas unidades, núcleos populacionais reduzidos e na rejeição do crescimento econômico, de modo a conduzir a uma sociedade igualitária (o projeto utópico-ecologista). Contudo, a utopia ecologista não encontra fundamentos mínimos na realidade. As necessidades prementes dos países da Periferia em superar o atraso, debelar os focos de miséria e incorporar as grandes massas de excluídos econômico-sociais a tornam totalmente inviável na prática e apontam para uma intervenção sistêmico-estratégica de cunho energético-ambiental como a única alternativa possível.

Um aspecto extremamente importante na busca por uma matriz energética diversificada e sustentável, instrumento de cunho estratégico de um novo mix energético na fase de transição paradigmática e que se mostra coerente com o universo de recursos e o *savoir-faire* tecnológico-energético-produtivo dos países em desenvolvimento e emergentes, principalmente no caso dos países do Trópico Úmido e particularmente na situação do Brasil, diz respeito ao aproveitamento energético da biomassa. Deve-se ressaltar o uso da biomassa na cogeração, o qual se maximiza através da geração de calor e potência. Na verdade, tais condicionamentos/restrições acabam por se constituir em pontos fortes e oportunidades para a difusão da biomassa a nível da matriz energético-produtiva brasileira (e de outros países do Trópico Úmido).

A relação entre a economia (através da política econômica) e a busca por uma matriz energética sustentável compreende-se pelo fato de que uma maior diversificação da referida matriz, principalmente por energéticos autóctones que tomam como fonte a biomassa, traduzir-se-á em economia de divisas, criação de postos de trabalho, desenvolvimento regional, criação de empresas e geração de renda. Contudo, essa relação só faz sentido se existente, considerada e analisada de forma sistêmico-integral, ou seja, no âmbito de uma abordagem dinâmico-interativa de todas as áreas da Política Pública.

Assim sendo, só num contexto sistêmico no âmbito da Public Policy é que ganha relevo a relação «economia/matriz energética», uma vez que a diversificação e sustentabilidade da mesma terá implicações não somente de índole econômico-financeira como também de carácter industrial, tecnológico, energético, ambiental, etc. Isto fica notório no caso da biomassa para os países do Trópico Úmido, notadamente no caso do Brasil. O uso energético da biomassa conduzirá, sem dúvida, a uma maior diversificação da matriz energética, com notórios impactos sobre o nível de auto-suficiência dos países que adotarem tal opção. Com isso, consegue-se obter uma matriz energética com elevado nível de sustentabilidade (uma matriz energética significativamente mais limpa) e amplia-se a possibilidade de se promover uma gestão mais flexível e estratégica da mesma. Além disso, a entrada em cena das fontes renováveis de energia (com destaque para a biomassa) terá implicações profundas a nível da estrutura produtiva, da base industrial e do escopo tecnológico.

A produção de álcool energético, por exemplo, num país como o Brasil, conduziu à aceleração dos esforços de pesquisa tecnológica a nível agrícola (novas espécies de cana-de-açúcar, novas técnicas de adubagem/fertilização do solo, novos procedimentos de cultivo, a viabilidade energética da mandioca, etc.) e a nível industrial (processos mais eficientes, aproveitamento calorífico/energético do bagaço, utilização dos dejetos/refugos, etc.).

A biomassa, e também outras fontes de energia renováveis tais como o aproveitamento da energia do sol e dos ventos, surge como elemento delineador estratégico para que os países em desenvolvimento e emergentes passem não somente a trilhar caminhos mais sustentáveis em termos da sua matriz energética, reforçando sua posição quanto à possível configuração de um Acordo Climático Global, como também atribuindo-lhe menores graus de dependência energética e possibilitando também a consecução da ruptura com a condição periférica e a superação do estágio semiperiférico-emergente via o alcance de um efetivo upgrade industrial e tecnológico, de modo a alavancar um real processo de desenvolvimento.

O uso energético da biomassa apresenta diversos aspectos condicionantes. Em primeiro lugar, há que referir a questão da concorrência entre energia e alimentos. Esta poderá existir em países a dispor de reduzidas áreas agriculturáveis e de uma fronteira agrícola limitada, o que não impede o desenvolvimento da agro-energia desde que feito o adequado zoneamento/planejamento agrícola, no qual se contemple a delimitação das diferentes modalidades de cultura e utilização do solo, por exemplo produção de alimentos, culturas de exportação, pecuária e agro-energia.

Existem outras questões, muito presentes em diversas críticas que se fazem ao uso energético da cana-de-açúcar para a produção de álcool etílico e que têm a ver com o empobrecimento do solo, com a forte necessidade de intensos esforços de irrigação e com o elevado uso de fertilizantes de base petroquímica. Contudo, essas críticas, na maior parte das vezes, não encontram fundamento na prática, pois partem de uma visão estático-catastrofista face ao entorno político-institucional, ao escopo estratégico-planificatório e à mutabilidade tecnológica.

ESTADO NAÇÃO

Em razão do que é apontado por Held et al. (2002, p. 18), o Estado moderno é, de fato, o Estado-nação. Este, por sua vez, constitui-se em um aparato político que se mostra distinto tanto do governante como do governado, exercendo a jurisdição suprema sobre uma área territorial delimitada. O exercício desta, por seu lado, repousa na exigência de um monopólio do poder coercitivo. Este aspecto faz com que o Estado-nação passe a desfrutar de uma legitimidade, a qual, por sua vez, surge como resultado de um nível mínimo de apoio/lealdade de seus cidadãos. Desse modo, o Estado-nação respalda-se não apenas no exercício do poder coercitivo (e na capacidade de o exercer), mas também na legitimação junto aos seus nacionais. Assim sendo, o Estado-Nação moderno e suas implicações inovadoras (territorialidade, controle monopolizador dos meios de coerção/violência, estrutura de poder impessoal e exigência particular de legitimidade) marcam a fixação gradual das fronteiras e dão o mote para a constituição da sociedade internacional de Estados (Estados-nação). A questão é saber se existe alguma razão quanto ao discurso da *débâcle* do Estado-nação em razão da globalização. Para além das pressões de ordem econômica/financeira e do seu relativo enfraquecimento face à “nova” ordem econômica mundial, fruto muito mais da desregulação neoliberal do que propriamente de um sistema mundial já existente (approach wallersteiniano), estaria o Estado-nação condenado à extinção?

Para Held et al. (2002, pp. 544 - 549), a globalização contemporânea não implica, necessariamente, na erosão do poder do Estado ou no desaparecimento do Estado-Nação, mas antes na sua transformação e reconversão. Na verdade, o argumento histórico-globalista (que vê a globalização como um processo anterior à emergência do capitalismo) assinala que assim como as primeiras formas históricas de globalização associaram-se a formas particulares de formação e transformação dos Estados, na época contemporânea os processos de globalização encontrar-se-iam também associados com uma transformação dos poderes do moderno Estado-nação. De fato, concebe-se o moderno Estado-nação em razão de elementos-chave afetos a ele, a saber: funções, papel, autoridade, autonomia e soberania, com as pautas do atual processo de globalização a implicar numa significativa renegociação dos elementos relacionados à soberania/autonomia do Estado-nação. Isto implicaria em inovações institucionais, no surgimento/recrudescimento da concorrência comercial a nível global e no desenvolvimento de redes globais de produção, conduzindo ao estabelecimento/fortalecimento do primado da competitividade e da consequente necessidade de se fazer guiar a economia e a base produtivo-tecnológica nacional em função da vantagem comparativa/competitiva no contexto de uma ordem econômica global.

Isto, por conseguinte, consoante o alerta de Held et al. (2002, pp. 549 e 550), conduzirá a uma preocupação muito mais intensa com relação à reorganização do Estado (e não raras vezes à redefinição do seu papel), à reestruturação das instituições burocráticas domésticas e ao estabelecimento de um novo padrão de eficiência econômica nacional/ corporativa, assim como o surgimento de uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Em razão destes aspectos, torna-se necessário arquitetar/implementar novas modalidades de coordenação política e de organização burocrática nacionais para administrar a internacionalização dos processos de tomada de decisões. Tudo isto a contemplar a possibilidade de ocorrência de fraturas sócio-políticas e sócio-econômicas, bem como de rupturas a nível da redefinição das divisões sociais/políticas de poder (as correntes protecionistas X as correntes liberais em termos de comércio internacional) e ainda em termos do surgimento de novas formas de desigualdade ou outras que pareciam há muito superadas.

Estes aspectos impactariam principalmente as economias pertencentes ao «Núcleo Orgânico Central» do capitalismo. Há, de fato, de acordo com o que é assinalado por Held et al. (2002, pp. 550 e 551), uma reconfiguração a nível do Estado-nação e, no interior deste, em termos do papel e redimensionamento do Estado face à economia, à sociedade e ao mercado. O argumento que aqui se apresenta, portanto, é de que a globalização econômica não está a enfraquecer o poder do Estado e, logo, pondo em xeque o próprio Estado-nação. Contudo, na visão deste trabalho, preocupa-se em salientar se a globalização não estaria a comprometer a soberania/autonomia dos Estados nacionais, que são, por sua vez, as manifestações máximas/inequívocas daquilo que se convencionou denominar de Estado-Nação. A questão que aqui se coloca é se a globalização não estaria a subverter a própria soberania do Estado-nação, isto é, se os impactos a nível regional/mundial ou regional/global estariam a definir, a nível supranacional, uma nova ordem com base num sistema múltiplo de poder, na qual o Estado-nação assegurasse a sua soberania ou se, pelo contrário, haveria riscos reais à soberania ou mesmo à sobrevivência do Estado-nação.

De fato, como bem observa Rodrik (2010, p. 276), o antagonismo entre os mercados globais e o Estado-nação induz à necessidade premente das economias nacionais em manter um mínimo de controle sobre a sua base produtiva, industrial e tecnológica, bem como sobre o seu arcabouço político-institucional em termos de iniciativas de carácter regulatório e no contexto das políticas públicas. A presença dessas contradições, bem como o seu extremo acirrar, mostra que o Estado-nação encontra numerosas áreas de justificação/legitimação para a sua existência e ação, devendo-se fortalecer, justamente, no momento em que se acentua o nomeado processo de globalização, notadamente no campo da regulação, coordenação e mesmo intervenção.

Na realidade, o que ocorre é que o designado processo de globalização, aqui visto como algo despojado de ineditismo e como mais uma etapa do desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema histórico, ou seja, a economia sistema-mundo capitalista, no contexto do approach wallersteiniano, se por um lado exerce pressões sobre o Estado-nação e seu respectivo poder de intervenção, por outro, exige uma presença cada vez maior do mesmo a nível governativo-regulatório, nacional-desenvolvimentista e estatal-planificatório. Na verdade, o Estado-nação, malgrado o peso enorme dos impactos adversos oriundos do designado processo de globalização, não se parece esboroar, quanto mais não seja enquanto idéia/conceito. A ocorrência do chamado processo de globalização a nível da economia mundial torna o Estado-nação e todo o seu manancial de ferramentas técnicas, institucionais, políticas e econômicas, tais como as várias modalidades de políticas públicas, a saber: industrial, tecnológica e tarifária; a estratégia de desenvolvimento e o planejamento estratégico governamental cada vez mais necessários (com certeza mais do que antes) de modo a buscar a inserção ativa de um dado país no contexto da economia mundial capitalista, desta feita em plena etapa da nomeada globalização.

Portanto, ao contrário do que apregoam os ideais globalistas/liberais, o Estado-nação é ainda necessário (na realidade, extremamente necessário), notadamente no que diz respeito a promover a inserção ativa das economias, mormente as das regiões em desenvolvimento, no contexto da economia mundial (o capitalismo na etapa da nomeada globalização), a alavancar processos de desenvolvimento baseados no trinômio «Indústria – Inovação - Tecnologia», principalmente no que se refere aos países em desenvolvimento, com destaque para os denominados emergentes e a neutralizar os impactos adversos da globalização e dos mercados globais desregulados sobre essas economias.

GLOBALIZAÇÃO E ECONOMIA

O conceito de globalização, muitas vezes incerto ou impreciso, outras vezes definitivo e revestido de um forte teor de inevitabilidade, vem sendo utilizado para caracterizar o conjunto de transformações ocorridas, a nível da economia mundial, desde o início da década de setenta do século XX. Com visões extremamente otimistas (como a concepção da Tríade, de Kenichi Ohmae) confrontando-se com perspectivas fortemente críticas (ou mesmo céticas), como a que é partilhada por Hirst & Thompson (1998, pp. 14 e 15), que contestam o fato da economia ser realmente global, pois os fluxos de comércio, de investimentos e financeiros se concentrariam nos limites da Tríade (Estados Unidos - Japão – Europa), a globalização, seu conceito e configuração não se constituem em uma unanimidade.

Por outro lado, Gray (1999, pp. 81 – 84) afirma que o processo de globalização (difusão do capitalismo de mercado) poderia ser obstado por aspectos nacionais (culturais) de modo que o capitalismo emergente da Rússia, a economia chinesa e as corporações japonesas se constituem em entidades de caráter nacional (cultural) específico, não sendo, portanto, passíveis de se diluírem em algum processo de globalização que tome como bitola os padrões do capitalismo norte-americano. Por outro lado, é Wallerstein (1998, p. 18) quem frisa que o capitalismo é essencialmente um sistema social histórico e que se configura na economia-mundo capitalista, isto é, a economia capitalista teve sempre uma dimensão mundial ou pelo menos além-fronteiras.

O fato é que em razão das controvérsias e multiplicidades de visões e abordagens quanto ao conceito de globalização, bem como do real significado que tal vocábulo encerra, vale-se, aqui, do ponto de vista de Adda (2004, pp. 102 e 103), segundo o qual as empresas multinacionais, promotoras dos investimentos, operam em pólos regionais (ainda que relativamente mais vastos), como parece ser o caso do conjunto «Japão – NPIA – ASEAN » para a maior parte dos investimentos das empresas japonesas, que, aliás, dominam os fluxos de investimentos diretos estrangeiros nessa área.

Portanto, a nível da estruturação do espaço econômico internacional, embora não desprezando as aspirações a buscar blocos regionais mais amplos, cabe o registro de que a instância nacional continua a ocupar um lugar essencial na economia mundial contemporânea, não só em razão dos laços forjados pela cultura e pela história, como também pela ação do Estado nacional. Este, é certo, encontra-se, muitas vezes, limitado pela liberação e desregulamentação (que surgem, por sua vez, como subprodutos da globalização). Assim, o Estado passa a atuar no sentido de promover a valorização dos recursos humanos e do ambiente logístico das empresas, propiciando a ambiência favorável ao investimento e à geração de empregos. Logo, não se pode pensar a globalização como um estado, mas antes como um processo, que pode se deter a nível da Tríade, mas também pode transcendê-la abarcando outras áreas da economia mundial.

De outro modo, Rodrik (2010, pp. 275 2 e 276) entende a globalização como o aumento da integração do comércio e das finanças. A globalização apresenta às distintas economias tanto oportunidades quanto desafios. De acordo com este autor, o lado positivo da globalização consiste no fato de que a expansão global dos mercados promete uma maior prosperidade através da divisão do trabalho e da especialização com base na vantagem comparativa. Este aspecto reveste-se de um maior grau de importância e de especial significado para os países/economias em desenvolvimento, possibilitando-lhes o acesso a bens de capital e à tecnologia ao nível do estado da arte. Entretanto, segundo assinala Rodrik (2010, p. 276), a globalização limita a capacidade dos Estados nacionais em levantarem instituições regulatórias e distributivas. Contudo, por outro lado, a globalização irá exigir instituições nacionais fortes. De fato, é bem provável que nunca antes fosse tão necessária a presença de instituições nacionais fortes como na globalização. Na realidade, as políticas de carácter social, as enormes capacidades dos intermediários financeiros em driblar toda e qualquer regulação ou controle governamental e a gestão macroeconômica nunca foram tão necessárias, mas ao mesmo tempo tão difíceis de serem implementadas. Neste item em particular, a tarefa é mais árdua para as economias em processo de desenvolvimento, detentoras de tecidos institucionais mais fragilizados.

Para Rodrik (2010, pp. 277 - 279), a economia mundial está longe de ser um mercado global sem fronteiras em que as mercadorias, serviços e ativos fluam através das fronteiras nacionais sem qualquer tipo de restrição. Na verdade, até que ponto os Estados-nação foram realmente despojados de todos os poderes e capacidades? De fato, há que constatar que se está muito longe de um mundo em que os mercados de bens, serviços e fatores de produção estejam perfeitamente integrados, basta citar que existe uma elevada correlação entre as taxas de investimento nacional e a taxa nacional de poupança, para além de uma grande dependência das primeiras face à esta última. Por outro lado, registra-se uma forte ausência a nível das transações de bens de capital, isto comprovando que a integração econômica tem ficado aquém dos níveis previsionalmente apontados (em termos teóricos ou mesmo a nível de valores) pelos globalistas mais eufóricos.

Por outro lado e levando-se em consideração as análises e comentários de Nouriel Roubini em entrevista a FUCS (2009, s/p.), a crise iniciada em 2008 é a pior já vivida pelos Estados Unidos da América e pelos demais países pertencentes ao «Núcleo Orgânico Central» do capitalismo desde a Grande Depressão de 1929. Nesta, registrou-se um encolhimento para 20% ou mais na economia. A crise atual não seria tão trágica. Contudo, mesmo no contexto de uma recessão e de uma crise bancária que durem dois anos, a crise será muito mais séria e longa que qualquer outra crise nos últimos quarenta ou cinquenta anos. Os impactos ultrapassam o centro do capitalismo e podem chegar aos países emergentes da Semiperiferia, mormente aos que compõem o grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), aumentando os riscos das economias emergentes enfrentarem uma aterrissagem brusca e de se entrar, de fato, numa recessão global.

Entretanto, Roubini (2011, s/p.) aponta para o agravamento da crise na eurozona, que correria um sério risco de se desmantelar caso os problemas vividos por Espanha e Itália viessem a se agravar. A concepção de Roubini (2011, s/p.) é que o pior só poderia ser evitado através da adoção simultânea de três medidas, a saber: 1 - a entrada do Banco Central Europeu (BCE) com uma política de empréstimos sem fim à vista, com fonte de liquidez ilimitada e com juros nos 0%; 2 - a ocorrência de estímulos à economia alemã (núcleo e motor da eurozona) e 3 - os países com economias mais frágeis concordarem em somar austeridade a mais austeridade. O fundamental seria recuperar a competitividade externa e o crescimento econômico, mas a eurozona não tem emprestadores credíveis.

Por outro lado, Roubini (2011, s/p.) observa que a eurozona poderia sobreviver com a reestruturação da dívida e a saída de um país com uma economia de porte reduzido (Portugal ou Grécia). Contudo, se a reestruturação/saída envolver países como a Espanha ou Itália, estará se gerando o desmembramento da eurozona, desastre em câmara lenta cada vez mais perto de ocorrer.

Entretanto, as eventuais soluções apontadas por Roubini (2011, s/p.) parecem distantes do realizável. São elas, a saber: 1 - repor o crescimento e a competitividade através de um euro mais fraco e de políticas de estímulo nos países centrais; 2 - diminuir a inflação para os países periféricos; 3 - financiar os países mais pequenos infinitamente. A alternativa à não implementação dessas medidas seria acabar com o euro. Em outros termos, caso não se consiga desvalorizar o euro, nem crescer, nem diminuir a inflação, a única solução seria abandonar o euro e regressar às moedas nacionais.

ROMPER COM A POSTURA MIMÉTICO-PERIFÉRICA E O PENSAMENTO ECONÔMICO DOMINANTE

A globalização, aqui considerada como a atual etapa da economia sistema-mundo capitalista, ocorre e se acelera no momento da emergência e hegemonia da ordem econômico-financeira neoliberal, a ter como superestrutura jurídico-política, mormente a nível dos países pertencentes ao «Núcleo Orgânico Central» do capitalismo, o modelo liberal-democrático (cada vez mais liberal e crescentemente menos democrático). Assim sendo, apesar de se considerar a globalização como mais uma etapa na trajetória e no desenvolvimento da economia sistema-mundo capitalista, pode-se considerar que existe, desde os anos setenta do século XX, com a ascensão das idéias da Escola de Chicago enquanto dogma de orientação política/econômica dos EUA (com Ronald Reagan) e do Reino Unido (com Margaret Thatcher), a nível dos países orgânico-centrais, mas também nos países da Periferia/Semiperiferia, com destaque para a América Latina, onde o corte cirúrgico sem anestesia foi feito em países como Chile e Argentina e de modo menos dramático, mas nem por isso menos profundo, no Brasil (a adoção *tout court* do Consenso de Wahington).

Aquilo que se poderia denominar de globalização neoliberal, implicando na supremacia de visões liberais, neoliberais e ultraneoliberais, tem no enfraquecimento (quicá no fim) do Estado-nação o seu *ex libris* teórico-ideológico. De fato, a globalização neoliberal tem implicado em fortes constrangimentos à ação e ao desempenho do Estado-nação, cujo elemento de operacionalização e viabilização é o Estado nacional. Isto, por seu lado, configura uma composição perversa a nível do binômio «Economia/Cultura», com o predomínio do econômico sobre o político (aquilo que algumas forças políticas periférico-europeias tidas como críticas no âmbito da liberal-democracia denominariam de economicismo) e a hegemonia do econômico sobre o cultural/nacional. Tal implicaria no condicionamento do Estado-nação e de seus instrumentos de intervenção (políticas públicas, coordenação e planejamento), bem como na sua total descaracterização em termos culturais e nacionais, o que reforçaria as opções afetas ao PCF e relegaria a segundo plano todas as iniciativas condizentes com o PFRE.

Logo, torna-se necessário recuperar o Estado-nação, enquanto ator principal do drama desenrolado no palco da economia mundial capitalista, em que se cruzam a globalização, o paradigma neoliberal e a despolitização (a pseudoneutralização) da ciência econômica. Assim sendo, torna-se necessário reconduzir o Estado-nação à sua verdadeira posição, o que, na verdade, se constitui em condição *sine qua non* para que se promova a transição paradigmática (rumo ao PFRE), de modo a se configurar um novo modelo civilizacional que implique na hegemonia da sustentabilidade e interculturalidade e na promoção de uma renovada interação a nível do binômio «Economia/Cultura». Desse modo, o Estado-nação e as suas principais prerrogativas em termos de políticas públicas, regulação, coordenação, intervenção e planejamento estratégico, surgem como elemento central a nível da implementação de um novo modelo energético-ambiental, de cariz predominantemente econômico-cultural, sustentável, predominantemente endógeno e calcado na segurança energética e ambiental.

Portanto, recuperar a posição do Estado-nação e o poder de intervenção e regulação do Estado nacional e do governo implica, num primeiro momento, em romper com o pensamento econômico dominante, que ao apontar para o critério sem limites do livre jogo das forças de mercado, ou seja, para o domínio total e inquestionável das forças da oferta e da demanda, estabelece o primado do econômico sobre o social/cultural, descartando, desse modo, a definição e configuração de um modelo energético-ambiental calcado na sustentabilidade, assim como o emergir de um novo relacionamento «Economia/Cultura», conexão esta que tem forte correlação com a política educacional adotada pelo Estado-nação.

Por outro lado, a adoção e construção de um novo modelo energético-ambiental, baseado na parcimônia em termos de exploração e utilização dos recursos naturais e energéticos, numa matriz energética renovável e sustentável e em níveis relativamente mais baixos de energia-intensividade, implica, para além de um Estado-nação forte, com níveis elevados de regulação, coordenação, intervenção e planejamento, na ruptura com a postura mimético-periférica face aos modelos econômicos e energético-ambientais importados das economias orgânico-centrais e que definem o primado do econômico sobre o político, o social e o cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fase de transição entre o PCF e o PFRE, fenômeno que coincide com a denominada globalização (aqui tida como a atual etapa do capitalismo sistema-mundo) e com a hegemonia indiscutível do neoliberalismo (muito embora algumas teses apontem já para um pós-neoliberalismo, o que parece bastante discutível). A globalização e o neoliberalismo nas suas práticas atuais atuam na contramão do Estado-nação e dos seus instrumentos jurídico-políticos e institucionais de afirmação. Desse modo, a globalização, o neoliberalismo e a fragilização do Estado-nação configuram o pior dos cenários. Contudo, embora atuando no sentido de enfraquecer o papel do Estado-nação, a globalização, suas implicações e consequências, de forma aparentemente contraditória, passam a exigir um Estado-nação forte, presente e atuante. É nesse sentido que se abrem brechas quanto a promover e implementar todo um conjunto de políticas públicas direcionadas a configurar um novo modelo energético-ambiental.

De modo a romper com os axiomas e as limitações neoliberais, assim como com a concepção fatalista do fim do Estado-nação, os países em desenvolvimento deverão seguir, a partir da implementação de políticas públicas, da intervenção e regulação governamental e da elaboração e implementação do planejamento estratégico, em direção a um universo energético-ambiental renovável e sustentável. Com isto, conduz-se a uma acentuada alteração em termos do binômio «Economia/Cultura», rompendo-se com posicionamentos mimético-periféricos face a modelos econômicos, energéticos e meio ambientais lastreados em pontos de referência técnico-econômicos e técnico-produtivos, que respaldam o primado do econômico (do ponto de vista neoliberal) sobre o cultural.

A nova interação «Economia/Cultura» privilegia a cultura, numa perspectiva ampla e nacional, de modo a buscar em atividades econômico-produtivas tradicionalmente implantadas nos países em desenvolvimento um dos pilares do novo modelo energético-ambiental, como por exemplo a biomassa no caso dos países do Trópico Úmido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDA, J. (2004): As Origens da Globalização da Economia. Barueri. Manole.

CAZADERO, M. (1995): Las revoluciones industriales. México. FCE.

GRAY, J. (1999): Falso Amanhecer: Os Equívocos do Capitalismo Global. Rio de Janeiro. Record.

FUCS, J. (2009): Nouriel Roubini – O homem que previu o caos [Em Linha]. Disponível em « <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI13935-15227,00-NOURIEL+ROUBINI+O+HOMEM+QUE+PREVIU+O+C+AOS.html> » [Consultado em 26/11/2011]. Revista Época, edição nº 542.

HELD, D. ET AL (2002): Transformaciones Globales: Política, economía y cultura. México. Oxford University Press México.

HIRST, P. E THOMPSON, G. (1998): Globalização em Questão. Petrópolis. Vozes.

RODRIG, D. (2010): Uma Economia, Muitas Soluções: Globalização, Instituições e Crescimento Económico. Lisboa. Verbo/Babel.

ROUBINI, N (2011): Zona euro caminha para o fim [Em Linha]. Disponível em « <http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO021918.html> » [Consultado em 26/11/2011]. 11/11/2011]. Dinheiro Vivo.

SINGER, P. (1998): Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo. Petrópolis. Vozes.

WALLERSTEIN, I. (1999): O Capitalismo Histórico seguido de A Civilização Capitalista. Vila Nova de Gaia. Estratégias Criativas.

PS: Este trabalho foi apresentado num Simpósio no Congresso da FIEALC em Antalya na Turquia, em outubro de 2013.



www.saojose.br | (21) 3107-8600
Av. Santa Cruz, 580 - Realengo - Rio de Janeiro